

Eliane M. Octaviano Martins

# CURSO DE DIREITO MARÍTIMO

**Volume III – CONTRATOS E PROCESSOS**

Contratos de Transporte, Afretamento e Seguros  
Avarias Marítimas e Incidentes da Navegação  
Inquéritos e Processos Marítimos



**Manole**

© Editora Manole Ltda., 2015, por meio de contrato com a autora.

EDITOR-GESTOR: Walter Luiz Coutinho

EDITORA RESPONSÁVEL: Sônia Midori Fujiyoshi

PRODUÇÃO EDITORIAL: Luiza Bonfim, Rodrigo Botelho

EDITORA DE ARTE: Deborah Sayuri Takaishi

CAPA: Ricardo Ozaki Barbosa

IMAGEM DA CAPA: Jeanette Maria Octaviano Martins – óleo sobre tela 50 x 70 cm

PROJETO GRÁFICO: Leonardo Seiji Miyahara

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Martins, Eliane Maria Octaviano

Curso de direito marítimo, volume III: contratos e processos / Eliane M.  
Octaviano Martins. Barueri, SP: Manole, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-204-4056-8

1. Direito marítimo 2. Direito marítimo – Brasil I. Título.

15-00743

CDU-347.79

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito marítimo 347.79

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores. É proibida a reprodução por xerox.

A Editora Manole é filiada à ABDR – Associação Brasileira de Direitos Reprográficos.

Edição – 2015

**Editora Manole Ltda.**

Av. Ceci, 672 – Tamboré

06460-120 – Barueri – SP – Brasil

Tel.: (11) 4196-6000 – Fax: (11) 4196-6021

[www.manole.com.br](http://www.manole.com.br)

[juridico@manole.com.br](mailto:juridico@manole.com.br)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

# SUMÁRIO

<b>1 Estatuto jurídico do mar: domínio marítimo, soberania e jurisdição dos estados.....</b>	<b>1</b>
1. Estatuto jurídico do mar e dos fundos marinhos .....	3
2. Da regulamentação dos espaços marítimos .....	5
2.1 A unificação normativa e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar .....	8
2.2 Panorama atual do direito do mar e desenvolvimento sustentável .....	9
3. Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar III – CNUDM III .....	10
3.1 Da proteção e preservação do meio marinho..	13
3.1.1 Da regulamentação internacional e do direito internacional marítimo ambiental .....	14
3.1.2 A CNUDM III e as regras gerais relativas às obrigações dos Estados.....	18
3.1.3 Harmonização de políticas, adoção de leis para prevenção, redução e controle da poluição do meio marinho e a CNUDM III .....	21
3.1.4 Soberania e jurisdições estatais específicas.....	22
3.1.5 Jurisdição, soberania e obrigações do Estado de bandeira .....	25
3.1.6 Da competência do Estado do porto .....	27
3.1.7 Da responsabilidade dos Estados pelos danos causados ao meio marinho.....	30
3.1.8 Imunidade soberana dos navios de guerra .....	31
3.2 Tráfico de escravos .....	32
3.3 Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas .....	33
3.4 Delitos criminais: o Código de Bustamante e o Tratado de Direito Penal Internacional .....	33
3.5 Pirataria.....	34
3.6 Solução de controvérsias .....	36
3.6.1 Tribunal Internacional de Direito do Mar (International Tribunal of the LOS – ITLOS) .....	37
3.6.2 Liberação de embarcações e da tripulação apresada.....	42
3.7 Competência jurisdicional aplicável aos navios de Estado.....	43
3.8 Imunidade de jurisdição dos navios de guerra .....	44
<b>4. Espaços marítimos .....</b>	<b>45</b>
4.1 Mar territorial .....	47
4.1.1 Direito de passagem inocente (ou inofensiva) pelo mar territorial .....	48
4.1.2 Passagem prejudicial .....	50
4.1.3 Jurisdição do Estado costeiro sobre os navios mercantes no mar territorial.....	51
4.1.4 Jurisdição civil no mar territorial.....	51
4.1.5 Jurisdição penal no mar territorial .....	51
4.1.6 Normas aplicáveis aos navios de guerra no mar territorial .....	52
4.2 Zona contígua .....	52
4.3 Zona econômica exclusiva .....	53
4.3.1 Direitos de soberania e jurisdição do Estado costeiro na ZEE.....	55
4.3.2 Direitos dos demais Estados na ZEE .....	55
4.3.3 Direitos dos Estados sem litoral (LLS) e dos Estados geograficamente desfavorecidos (GDS) na ZEE.....	56
4.4 Plataforma continental .....	58
4.4.1 Direito de soberania e jurisdição do Estado costeiro na PC.....	59
4.4.2 Direito de soberania e jurisdição do Estado costeiro na plataforma continental geográfica .....	60
4.4.3 Direito de soberania na plataforma continental jurídica .....	60
4.5 Águas interiores, portos, ancoradouros, baías ou golfos e estuários.....	61
4.5.1 Portos .....	62
4.5.2 Baías ou golfos e estuários.....	63
4.5.3 Trânsito marítimo em estreitos .....	64
4.5.4 Canais marítimos .....	65
4.6 Águas arquipelágicas .....	66
4.7 Alto-mar .....	67

## VIII Curso de Direito Marítimo • Volume III • Contratos e Processos

4.7.1 Jurisdição do Estado de bandeira sobre navios em alto-mar.....	68	3.3 Delitos ocorridos em território marítimo brasileiro e o princípio da territorialidade estrita.....	121
4.7.2 Jurisdição penal em caso de abaloamento ou qualquer outro incidente da navegação marítima.....	69	3.3.1 O Código de Bustamante e o Tratado de Direito Penal Internacional.....	122
4.7.3 Direito de visita em alto-mar <i>vis-à-vis</i> o princípio da liberdade de navegação.....	70	3.3.2 A designação do lugar da infração e a teoria mista (da ubiquidade ou da unidade)....	123
4.7.4 Direito de perseguição contínua.....	71	3.4 Delitos ocorridos em território estrangeiro e em alto-mar e a territorialidade por extensão...	124
4.8 A área e os fundos marinhos.....	72	3.5 Extraterritorialidade da lei penal brasileira...	125
5. Da regulação do direito marítimo no Brasil.....	72	3.5.1 Delitos ocorridos a bordo e o princípio da jurisdição do Estado de bandeira ou da representação.....	127
6. Amazônia Azul: estatuto jurídico do mar no Direito brasileiro.....	78	3.5.2 Delitos cometidos no exterior e o princípio da nacionalidade (ou da personalidade).....	127
7. Domínio marítimo: limites e extensão das zonas marítimas sob soberania e jurisdição do Brasil.....	81	3.6 Delito praticado em navio estrangeiro e por infrator estrangeiro contra cidadão estrangeiro...	128
7.1 Águas interiores.....	82	3.7 Crimes marítimos.....	128
7.2 Mar territorial brasileiro.....	82	3.7.1 Crimes contra a segurança marítima.....	131
7.2.1 Jurisdição do Estado brasileiro sobre os navios mercantes estrangeiros.....	83	3.7.2 Tráfico de pessoas e escravidão.....	134
7.2.2 Direito de passagem inocente ou inofensiva no mar territorial brasileiro.....	84	3.7.3 Crimes relacionados com a dignidade humana no trabalho marítimo.....	135
7.3 Zona contígua (zc).....	85	3.7.4 Clandestinos.....	138
7.4 Zona econômica exclusiva (zee).....	85	3.7.5 Tráfico de entorpecentes.....	144
7.4.1 O programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva do governo brasileiro (REVIZEE).....	87	3.7.6 Contrabando e descaminho.....	145
7.5 Plataforma continental (pc).....	88	3.7.7 Crime de terrorismo.....	147
7.5.1 A Guerra da Lagosta.....	89	3.7.8 Pirataria, roubo, furto e assalto à mão armada.....	151
7.5.2 O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), os novos limites e extensão da plataforma continental brasileira e a exploração de petróleo e gás.....	91	3.7.9 Projeto de Lei n. 216-A e a propositura de tipificação de crime de pirataria no Código Penal.....	154
7.6 Zona costeira.....	93	3.7.10 Roubo, furto, assalto à mão armada e o decálogo da segurança.....	155
7.7 A área.....	94	3.8 Polícia Marítima no Brasil.....	158
<b>2 Direito processual marítimo, soberania e jurisdição no Brasil.....</b>	<b>95</b>	3.9 Da competência da Justiça Federal para julgar os crimes cometidos a bordo de navios.....	159
1. Processos marítimos, soberania e jurisdição do Brasil.....	95	3.10 Efeitos da condenação penal.....	161
1.1 Da efetividade da aplicação extraterritorial das leis nacionais.....	96	3.11 Medidas de retirada compulsória do estrangeiro do Brasil: Deportação, expulsão, extradição e repatriação.....	163
1.2 O princípio da jurisdição no Direito brasileiro.....	99	<b>4. Direito marítimo ambiental, jurisdição e competência.....</b>	<b>166</b>
1.3 Os princípios incidentes na jurisdição civil, penal e administrativa no Direito brasileiro.....	102	4.1 Infrações ambientais e acidentes da navegação.....	166
1.4 Competência da Justiça estadual e Federal.....	104	4.2 Infrações ambientais e atividades pesqueiras.....	171
1.5 Da competência da Justiça Federal nos processos marítimos impetrados no Brasil.....	106	<b>5. Jurisdição e competência tributária e aduaneira.....</b>	<b>174</b>
<b>2. Direito processual civil marítimo.....</b>	<b>109</b>	5.1 Competência e tributação nas águas marítimas.....	174
2.1 Processos marítimos e jurisdição civil.....	110	5.2 Pena de perdimento de embarcação, plataforma e mercadorias transportadas por via marítima.....	176
2.2 Processos marítimos e o Projeto do Novo Código de Processo Civil.....	111	5.3 Confisco e perdimento de navios ou embarcações e os crimes de tráfico de entorpecentes e contrabando.....	182
<b>3. Direito penal marítimo.....</b>	<b>114</b>	<b>6. Jurisdição administrativa.....</b>	<b>184</b>
3.1 Da regulação dos crimes marítimos no Direito brasileiro.....	116	6.1 Processos administrativos.....	185
3.2 Jurisdição e competência penal no Direito brasileiro.....	118		

7. Competência jurisdicional e soberania sobre os navios de Estado.....	187
7.1 Navios de guerra.....	187
<b>3 Administração marítima.....</b>	<b>193</b>
1. Administração marítima.....	197
1.1 Organização Central da Administração Marítima.....	197
1.2 Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR).....	199
1.3 Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).....	200
1.4 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).....	200
1.5 Diretoria de Portos e Costas.....	201
1.6 Jurisdição administrativa.....	202
2. Autoridade marítima.....	203
2.1 Marinha do Brasil.....	204
2.2 Capitania dos Portos.....	206
3. Do tráfego em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).....	207
3.1 Entrada, despacho e saída do Porto.....	209
3.2 Fiscalização nos Portos.....	209
3.3 Tráfego de embarcações nas áreas de Porto organizado.....	210
3.4 Sistema Vetting.....	211
3.5 Procedimentos para arribada e abrigo.....	211
3.6 Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM).....	212
3.7 Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LIRIT).....	213
3.8 Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades do Petróleo (SINMAP).....	214
4. Operações de embarcações estrangeiras em águas jurisdicionais brasileiras.....	214
4.1 Procedimentos específicos para embarcações estrangeiras em atividade de transporte de petróleo, seus derivados e biocombustíveis.....	217
4.2 Procedimentos específicos para operação de plataformas, navios-sonda, FPSO e FSO nas atividades de prospecção, perfuração, produção e armazenamento de petróleo.....	218
5. Patrulha naval.....	218
6. Inspeção marítima.....	221
7. Inspeção naval (IN).....	222
7.1 Da competência da Autoridade Marítima.....	224
7.2 Inspeção naval e controle de embarcações estrangeiras autorizadas a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras.....	225
7.3 Inspeção naval em plataformas.....	227
7.4 Dos fatos decorrentes da inspeção naval e a infração às regras do tráfego aquaviário.....	227
7.5 Procedimentos marítimos administrativos relativos aos autos de infração.....	228
7.6 Inquéritos marítimos.....	230
7.7 Das Normas e procedimentos relativos ao Inquérito Administrativo para a apuração de fatos que não sejam enquadrados como fatos ou acidentes da navegação.....	230
7.8 Medidas administrativas e penalidades incidentes nas infrações às regras do tráfego aquaviário.....	231
7.9 Medida administrativa de apreensão e retenção de embarcação.....	233
8. Das infrações e responsabilidade civil decorrentes de lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas.....	234
9. Controle do estado do porto ( <i>Port State Control</i> ).....	236
9.1 O Acordo Latino-Americano sobre Controle do Estado do Porto (Acordo de Viña del Mar).....	237
9.2 Dos procedimentos de PSC.....	238
<b>4 Inquéritos administrativos, investigação e acidentes e fatos da navegação no Brasil.....</b>	<b>242</b>
1. Inquéritos administrativos sobre acidentes ou fatos da navegação (IAFN).....	245
1.1 Dos acidentes da navegação sob a égide da jurisdição administrativa.....	247
1.2 Dos fatos da navegação.....	249
1.3 Fortuna do mar.....	250
1.4 Da fase de instauração de IAFN.....	253
1.4.1 Da imprescindibilidade do IAFN para instauração do Processo no TM.....	254
1.5 Da fase de instrução.....	254
1.5.1 Das provas testemunhais.....	255
1.5.2 Das provas documental e pericial.....	256
1.6 Da conclusão do IAFN.....	257
1.7 Dos procedimentos de IAFN realizados no exterior referentes a sinistro com embarcação brasileira em águas estrangeiras.....	258
1.8 Da dispensa de instauração de IAFN.....	259
2. Investigação de segurança dos acidentes e incidentes marítimos (ISAIM).....	262
2.1 Código de Normas Internacionais e Práticas Recomendadas para uma Investigação de Segurança dos Acidentes e Incidentes Marítimos – CIC Code ou Código CIA.....	262
2.2 Dos princípios.....	264
2.3 Dos procedimentos de ISAIM.....	268
3. Procedimentos administrativos de infrações às regras do tráfego aquaviário.....	271
<b>5 Processos marítimos administrativos, competência e jurisdição do Tribunal Marítimo no Brasil.....</b>	<b>277</b>
1. Jurisdição e competência do Tribunal Marítimo.....	278
1.1 Processos marítimos sobre acidentes e fatos da navegação.....	281
1.2 Procuradoria Especial da Marinha – PEM.....	284

**X Curso de Direito Marítimo • Volume III • Contratos e Processos**

2. Teoria geral do processo administrativo no Tribunal Marítimo.....	285	7.4 Critérios gerais de fixação e cominação da pena.....	321
2.1 Princípios do processo marítimo administrativo .....	288	7.4.1 Circunstâncias atenuantes e agravantes .....	322
2.2 Princípios do devido processo legal ( <i>due process of law</i> ), da motivação e do formalismo .....	289	7.4.2 Agravantes por reincidência .....	323
2.3 Princípios da ampla defesa e do contraditório .....	292	7.4.3 Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes .....	323
2.3.1 Da não incidência do contraditório e da ampla defesa nos Inquéritos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (AFN) .....	293	7.5 Critérios especiais .....	324
2.4 Princípio da inafastabilidade da jurisdição ou da garantia da proteção jurídica efetiva .....	293	7.5.1 Infração continuada e concurso material .....	324
2.5 Princípio da publicidade, direito de acesso e de vista nos processos em trâmite no Tribunal Marítimo .....	294	7.6 Fixação e cominação da pena de interdição, cancelamento de matrícula de marítimo e da carteira de amador .....	324
2.6 Princípio da oficialidade no Tribunal Marítimo .....	294	7.7 Fixação e cominação da pena de multa e suspensão .....	325
2.7 Princípio da atipicidade .....	295	7.7.1 Multa em dobro e em décuplo .....	326
2.8 Princípio da celeridade ou da brevidade processual .....	295	7.7.2 Execução da pena de multa .....	326
3. Rito procedimental .....	295	7.7.3 Inexecução da pena de multa .....	328
3.1 Prescritibilidade dos processos marítimos administrativos .....	296	7.7.4 Suspensão de execução da pena de multa .....	328
3.2 Prazos processuais .....	297	7.8 Circunstâncias excepcionais de não aplicação da pena .....	329
3.3 Prazos para pronunciamento nos autos .....	297	7.9 Substituição e conversão das penas .....	329
3.4 Prazos específicos .....	297	8. Decisões do Tribunal Marítimo .....	330
3.5 Citação .....	298	8.1 Natureza jurídica, efetividade e valoração das decisões finais sobre o mérito do processo .....	331
4. Trâmites e fases processuais .....	299	8.2 Interrupção prescritiva e suspensão de processos .....	335
5. Instauração .....	299	8.3 Prescritibilidade nos processos do TM .....	336
5.1 Processos de ação pública .....	301	8.4 Interrupção prescritiva ou suspensão da prescrição nos processos judiciais .....	338
5.1.1 Processo de ação pública por representação da Procuradoria Especial da Marinha .....	302	8.4.1 Suspensão dos processos judiciais .....	340
5.1.2 Processo de ação pública por determinação do TM .....	303	8.4.2 Suspensão do processo cível .....	341
5.2 Processos de ação privada .....	303	9. Sistema recursal do Tribunal Marítimo .....	344
5.3 Representação .....	306	9.1 Trâmites recursais .....	345
5.4 Defesa prévia .....	307	9.2 Recursos .....	346
5.5 Revelia .....	308	9.3 Embargos infringentes ou de nulidade .....	346
6. Fase de instrução .....	309	9.4 Agravo .....	347
6.1 Parâmetros investigatórios .....	310	9.5 Embargos de declaração .....	348
6.2 Ônus da prova .....	310	9.6 Inadmissibilidade de reexame da decisão do Tribunal Marítimo via embargos .....	348
6.3 Impugnação e contestação .....	311	9.7 Recurso inominado – o Caso Changri-lá .....	349
6.3.1 Vistas e retirada do processo .....	311	10. Reexame e reforma das decisões do TM pelo Poder Judiciário .....	350
6.4 Produção de provas .....	311	10.1 Mecanismos processuais judiciais impugnativos das decisões do TM .....	354
6.4.1 Fatos notórios .....	312	10.2 Ação ordinária de anulação (ação anulatória) .....	354
6.4.2 Direito municipal, estadual, estrangeiro e consuetudinário .....	313	10.3 Mandado de segurança .....	358
6.4.3 Provas materiais .....	313	10.4 Impugnação das decisões do TM por recurso especial e recurso extraordinário .....	359
6.4.4 Incidente de falsidade .....	314		
6.5 Provas testemunhais .....	314		
6.5.1 O depoimento pessoal das partes .....	315		
6.5.2 Oitiva de testemunhas .....	316		
6.5.3 Testemunhas ausentes .....	317		
7. Fase decisória .....	317		
7.1 Julgamento .....	317		
7.2 Acórdão .....	319		
7.3 Penalidades .....	320		
		6 Contratos de fretamento .....	362
		1. Natureza jurídica dos contratos de fretamento .....	364
		2. Dos tipos de contratos de fretamento .....	370
		2.1 Do fretamento total e parcial .....	370

2.2 Dos contratos de fretamento consoante a exploração .....	371
2.2.1 Armação, gestão náutica e comercial nos contratos de fretamento.....	372
3. Da negociação e formação dos contratos de fretamento marítimo .....	373
3.1 Especificidades da negociação .....	374
3.2 Das fases .....	376
4. Carta-partida ou carta de fretamento.....	377
4.1 Das enunciações e cláusulas da carta-partida.....	379
4.1.1 Cláusula <i>Paramount</i> , principal ou preponderante ( <i>Paramount clause</i> ) .....	382
4.1.2 Cláusula de exceção geral ( <i>exception general clause</i> ) .....	382
4.1.3 Cláusula de negligência ( <i>negligence clause</i> ) .....	383
4.1.4 Cláusula <i>insurance</i> ( <i>insurance clause</i> ).....	383
4.1.5 Cláusula <i>lien</i> ( <i>lien clause</i> ).....	383
4.1.6 Cláusulas de despesas de carga e descarga – condições de frete .....	384
4.1.7 Cláusula de cessação.....	385
4.1.8 Cláusula de indenização ( <i>indemnity clause</i> ) .....	385
4.1.9 Cláusula de avaria grossa ( <i>general average clause</i> ) .....	385
4.1.10 Cláusula de abaloamento em caso de culpa de ambos os navios ( <i>both to blame collision</i> ) .....	386
4.1.11 Cláusula ISPS Code .....	386
4.2 Dos elementos essenciais da carta-partida no Direito brasileiro .....	386
4.3 <i>Booking note</i> .....	387
5. Da regulamentação do contrato de fretamento.....	387
5.1 Da legislação aplicável aos contratos internacionais de fretamento.....	388
5.2 Do direito aplicável às cartas-partidas e as CPBL .....	389
5.3 O direito aplicável aos contratos internacionais de fretamento no Direito brasileiro .....	392
6. Das partes contratantes .....	394
7. <i>Hire</i> ou <i>freight</i> (ou frete-fretamento).....	395
7.1 O pagamento do <i>hire</i> ou frete-fretamento ....	396
7.2 Ação de cobrança de frete ( <i>hire</i> ) nos contratos de fretamento no Direito brasileiro .....	397
7.3 <i>Off-hire</i> e a suspensão do contrato de fretamento.....	398
7.3.1 <i>Off-hire</i> total e <i>off-hire pro rata</i> .....	398
7.3.2 O <i>off-hire</i> no Direito brasileiro.....	399
7.4 <i>Dead freight</i> (frete morto) .....	400
8. Resolução do contrato de fretamento .....	401
9. Subfretamento .....	402
9.1 Relações oriundas do contrato principal de fretamento e do contrato de subfretamento .....	403
9.2 Relações entre fretador principal e subfretador .....	404
9.3 Relações entre fretador e subafretador .....	405
9.4 Do <i>lien</i> do fretador sobre os subfretes .....	406
10. Contrato futuro de fretes .....	406
11. Contrato de fretamento por viagem .....	407
11.1 Das <i>Voyage Charter Parties</i> (vcp).....	409
11.1.1 Direito de regência e sistema de solução de litígios das vcp .....	410
11.1.2 Cláusulas referentes ao tipo e peso da carga .....	411
11.1.3 Taxa e pagamento do frete .....	411
11.1.4 Despesas de carga e descarga .....	412
11.1.5 Notícia de prontidão ( <i>Notice of Readiness – NOR</i> ) .....	412
11.1.6 NOR precoce e NOR inválido .....	414
11.1.7 Cláusula <i>laydays</i> .....	415
11.1.8 Cláusula <i>laytime</i> .....	416
11.1.9 Cláusula de cancelamento ( <i>cancelling clause</i> ) .....	417
11.2 <i>Demurrage</i> .....	417
11.3 Natureza jurídica da <i>demurrage</i> .....	418
11.3.1 Contraestadia ( <i>days in damage for detention</i> ) .....	419
11.4 Detenção ( <i>detention</i> ) .....	419
11.4.1 Processualística .....	420
11.5 Subestadia ( <i>despatch money</i> ).....	421
11.6 Folha de tempo ( <i>time sheet</i> ) .....	421
11.7 Obrigações do fretador no contrato de fretamento por viagem.....	422
11.7.1 Obrigações e responsabilidades relativas à carga .....	422
11.7.2 Responsabilidade pela má estiva .....	422
11.7.3 Obrigações relativas à viagem.....	424
11.8 Obrigações do afretador no fretamento por viagem .....	425
11.9 Fretamento para contêineres ( <i>slot charter</i> ) .....	425
12. Contrato de fretamento por tempo ou por período.....	426
12.1 Regulamentação do fretamento por tempo no Direito brasileiro .....	427
12.2 Das obrigações do armador-fretador .....	428
12.2.1 Da obrigação de navegabilidade .....	430
12.2.2 Dos efeitos da in navegabilidade .....	432
12.3 Das obrigações do afretador .....	432
12.3.1 Pagamento do <i>hire</i> e <i>off-hire</i> .....	433
12.3.2 O <i>lien</i> no fretamento por tempo.....	433
12.3.3 Da utilização do navio.....	434
12.3.4 Dever de restituir o navio, do <i>overlap</i> e <i>underlap</i> .....	435
12.4 Responsabilidade das partes perante terceiros .....	436
12.4.1 Responsabilidade pelo embarque, manuseio e descarga de mercadorias .....	436
12.4.2 Responsabilidade pelos atos praticados pelo comandante .....	437
12.5 <i>Inter-club agreement</i> – ICA .....	438
13. Contrato de fretamento a casco nu .....	439
13.1 Da natureza jurídica do fretamento a casco nu .....	439

## XII Curso de Direito Marítimo ▪ Volume III ▪ Contratos e Processos

13.2 Contratos-tipo mais utilizados no fretamento a casco nu .....	441
13.3 Obrigações do fretador .....	442
13.4 Obrigações do armador-afretador .....	443
13.4.1 Do <i>hire</i> e do <i>off-hire</i> no fretamento a casco nu .....	443
13.4.2 Custos, manutenção, reparos e substituições .....	444
13.4.3 Danos ao navio .....	444
13.4.4 Estimativa de tempo e a cláusula sem garantia ( <i>without guarantee</i> ) .....	445
14. Contrato de fretamento redondo ( <i>trip charter contract</i> ) .....	446
15. Contratos de fretamento a tonelagem ou volume .....	446
<b>7 Da regulamentação internacional do contrato de transporte marítimo de mercadorias .....</b>	<b>448</b>
1. Precedentes históricos .....	449
2. Regime jurídico e conflito de normas atinentes ao contrato de transporte internacional de mercadorias .....	453
3. O regime jurídico das regras de Haia (Convenção de Bruxelas, 1924) e Haia-Visby .....	459
3.1 Transportador ( <i>carrier</i> ) .....	459
3.2 Obrigações do transportador contratante ( <i>carrier</i> ) .....	460
3.3 Responsabilidades do transportador nas Regras de Haia e Protocolo de Visby (HV) .....	461
3.4 Reclamações por faltas e avarias ( <i>claims</i> ) .....	462
3.5 Excludentes de responsabilidade do transportador .....	463
3.5.1 Vícios ocultos do navio .....	466
3.5.2 Faltas do embarcador .....	467
3.5.3 Arresto, embargo ou coação de governo, autoridade ou povo, ou apreensão judicial .....	468
3.6 Direitos e excludentes de responsabilidade nas Regras de HV e Protocolo DES .....	468
3.7 Limitação de responsabilidade do transportador .....	469
3.8 Obrigações e responsabilidades do embarcador ( <i>shipper</i> ) .....	469
3.9 Âmbito de aplicação .....	470
4. O regime jurídico das Regras de Hamburgo ( <i>Hamburg Rules</i> ) .....	471
4.1 Início e término da responsabilidade do transportador .....	472
4.2 Regime de responsabilidade do transportador .....	472
4.3 Regime de responsabilidade de transporte de carga no convés .....	473
4.4 Responsabilidade do transportador executor ( <i>actual carrier</i> ) .....	473
4.5 Reclamações ( <i>claims</i> ) por faltas e avarias e indenizatórias .....	474
4.6 Excludentes de responsabilidade .....	474
4.7 Limitação de responsabilidade do transportador .....	475
4.8 Obrigações e responsabilidades do embarcador ( <i>shipper</i> ) .....	475
5. O regime jurídico da <i>carriage of goods by sea act</i> (Cogsa) .....	476
6. As Regras de Rotterdam .....	477
6.1 Principais inovações .....	478
6.2 Responsabilidades do transportador .....	479
6.3 Limitação e excludentes de responsabilidade do transportador .....	481
6.4 Contratos de volume .....	482
6.5 A responsabilidade do proprietário do navio .....	483
6.6 Documentação e transferência de direitos .....	483
6.7 Transporte pelo mar e outros modais .....	484
6.8 Críticas sobre as Regras de Rotterdam .....	485
7. Posição da América Latina .....	487
7.1 A Declaração de Montevideu .....	488
7.2 Posição do Brasil .....	489
<b>8 Contratos de transporte marítimo internacional de mercadorias .....</b>	<b>492</b>
1. Teoria geral dos contratos de transporte marítimo internacional de mercadorias .....	493
1.1 Formação, conclusão e execução dos contratos de transporte marítimo .....	494
1.2 Custos e riscos do embarcador e do destinatário no transporte internacional de mercadorias .....	495
1.3 Partes contratantes .....	496
1.4 Frete ( <i>freight</i> – FRT – <i>freight line charges</i> ) .....	498
1.4.1 Condições de frete marítimo no contrato de transporte .....	499
1.5 Autonomia jurídica das vendas marítimas e contratos marítimos internacionais de transporte e seguro de mercadorias .....	500
1.6 Principais documentos no transporte marítimo internacional de mercadorias .....	501
1.6.1 <i>Booking note</i> .....	502
1.6.2 <i>Mate's receipt</i> e <i>dock's receipt</i> .....	502
1.6.3 <i>Sea waybill</i> .....	503
2. Transportador marítimo ( <i>carrier</i> ) .....	503
2.1 Armador-transportador .....	505
2.2 Armador-transportador e a superposição de contratos no transporte de mercadorias .....	506
2.3 Direitos, obrigações e responsabilidades do transportador marítimo ( <i>duties, rights and responsibilities or liability of the carrier</i> ) .....	509
2.4 <i>NVOCC</i> ( <i>non vessel owner common carrier</i> ) e agências marítimas ( <i>owner's agency</i> ) .....	509
3. Embarcador ( <i>shipper</i> ) .....	510
3.1 Embarcador contratual ( <i>contractual shipper</i> ) e embarcador efetivo ou de fato ( <i>effective shipper</i> ) .....	510
3.2 Responsabilidades do embarcador ( <i>liabilities of the shipper</i> ) .....	511
3.2.1 Pagamento do frete .....	511



3.2.2 Entrega da mercadoria.....	512	1. Efetividade das cláusulas <i>Paramount</i> e de eleição de foro.....	538
4. Destinatário, receptor ou consignatário ( <i>consignee</i> ou <i>receiver</i> ).....	512	2. O contrato internacional de transporte marítimo de mercadorias no Direito brasileiro.....	541
4.1 Direitos e obrigações do destinatário ( <i>duties and rights or liability of the consignee</i> ).....	513	3. Direitos e obrigações do embarcador.....	542
5. <i>Bill of lading</i> .....	513	4. Da responsabilidade do operador portuário.....	543
5.1 Natureza jurídica do BL.....	514	5. O transportador no Direito brasileiro.....	544
5.1.1 O BL como recibo de entrega da mercadoria.....	515	5.1 Início da responsabilidade do transportador marítimo.....	545
5.1.2 O BL como título de crédito ou título-valor.....	516	5.1.1 Recusa.....	546
5.1.3 O BL como instrumento de adesão.....	518	5.1.2 Dever de fiscalizar as operações de carga.....	546
5.2 Emissão do BL.....	519	5.1.3 Transporte cumulativo e transportador substituto.....	546
5.3 Forma do BL.....	519	5.2 Conhecimento de transporte marítimo (BL).....	547
5.3.1 Versão impressa do BL.....	520	5.2.1 Obrigatoriedade de emissão do BL.....	548
5.3.2 O BL eletrônico.....	521	5.2.2 BL eletrônico.....	550
5.4 O teor e as principais cláusulas do BL.....	523	5.2.3 <i>Clean on board bill of lading</i> (BL limpo).....	551
5.4.1 Cláusula <i>Paramount</i> ( <i>electio juris, choice of law clauses</i> ou <i>governing law</i> ).....	524	5.2.4 <i>Unclean BL</i> ou <i>foul bill of lading</i> (BL sujo).....	551
5.4.2 Jurisdição ( <i>jurisdiction</i> ) de resolução de litígios ( <i>resolution disputes</i> ) ou cláusula de eleição de foro.....	525	5.3 Direito de retenção ( <i>maritime lien</i> ).....	552
5.4.3 Cláusula de identificação do transportador ( <i>identity of carrier clause</i> ).....	525	5.4 Execução do contrato de transporte.....	553
5.4.4 Cláusula de definição de viagem ( <i>scope of voyage</i> ).....	525	5.4.1 Impossibilidade de execução ou interrupção do transporte.....	554
5.4.5 Cláusula de responsabilidade do transportador ( <i>carrier responsibilities</i> ou <i>liability of the carrier</i> ) e cláusula de negligência.....	526	5.5 Responsabilidade do transportador nas avarias marítimas e portuárias.....	554
5.4.6 Cláusula de exceção geral ( <i>exception general clause</i> ).....	526	5.5.1 Responsabilidade objetiva do transportador nas avarias marítimas, faltas e atrasos.....	555
5.4.7 Cláusula de mútua culpabilidade ( <i>both to blame collision</i> ).....	526	5.5.2 Protesto marítimo ( <i>maritime protest</i> ou <i>noting protest</i> ).....	557
5.4.8 Cláusula de avaria grossa ( <i>general average clause</i> ) e cláusula New Jason.....	526	5.6 Custos portuários.....	557
5.4.9 Cláusula <i>lien</i> ( <i>lien clause</i> ).....	527	5.7 As condições de frete marítimo no contrato de transporte.....	558
5.4.10 Cláusulas de despesas de carga e descarga.....	527	5.8 Ação de cobrança de frete.....	558
5.4.11 Cláusula <i>on board</i> ou <i>shipped on board</i> .....	527	5.9 Ação indenizatória por prejuízo decorrente de informação inexata.....	558
5.5 <i>Clean on board bill of lading</i> e <i>unclean bill of lading</i> .....	528	6. Direitos e obrigações do destinatário.....	559
5.6 <i>Delivery order</i> ou <i>pertence</i> .....	530	6.1 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).....	559
5.7 Carga consolidada.....	531	6.2 <i>Formal claims</i> e protesto do destinatário.....	561
5.7.1 O BL máster ( <i>master bill of lading</i> ).....	531	7. Unitização de carga.....	562
5.7.2 O BL submáster ( <i>sub-master bill of lading</i> ).....	532	7.1 Contendor ou contêiner ( <i>container</i> ).....	562
5.7.3 O BL <i>house</i> ( <i>house bill of lading</i> ou HBL).....	533	7.2 Containerização, ova e desova de contêineres.....	564
5.8 O BL de serviço.....	533	7.3 Local da operação da ovação e desovação de contêineres.....	564
5.9 Conhecimento de transporte baseado em afretamento ( <i>charter party bill of lading</i> ).....	533	7.4 Terminais de contêineres.....	565
6. <i>Demurrage</i> ou <i>detention</i> de contêineres.....	535	7.5 Responsabilidade pela operação de unitização e desunitização.....	565
7. <i>Detention, despatch</i> e <i>dead freight</i> .....	536	7.6 <i>Demurrage</i> de contêineres (unidades de carga).....	566
9 Teoria geral dos contratos internacionais de transporte marítimo de mercadorias no Direito brasileiro.....	538	7.7 Natureza jurídica contratual da utilização do contêiner.....	567
		7.8 Processos de cobrança de <i>demurrage</i> .....	568
		7.9 <i>Demurrage</i> e ação indenizatória, ação ordinária de cobrança e monitoria.....	570

## XIV Curso de Direito Marítimo ▪ Volume III ▪ Contratos e Processos

<b>10 Da incidência do CDC nos contratos de transporte marítimo de mercadorias e fretamento no Direito brasileiro.....</b>	<b>573</b>
1. Do influxo do CDC nos contratos de transporte marítimo de mercadorias.....	573
2. Teoria finalista.....	575
3. Teoria maximalista.....	577
4. Teoria finalista temperada ou mitigada.....	578
5. Reflexos da incidência do CDC nos contratos de transporte marítimo de mercadorias.....	580
5.1 Responsabilidade civil do transportador marítimo sob a égide do CDC.....	581
5.1.1 Responsabilidade solidária do transportador marítimo, do agente e do <i>non vessel operating common carrier</i> (NVOCC) e denúnciação da lide.....	582
5.1.2 Excludente de responsabilidade civil do fornecedor.....	584
5.2 Contratos de adesão e o conhecimento de transporte marítimo internacional de mercadorias (BL).....	585
5.3 Validade de cláusula compromissória arbitral no BL.....	586
5.4 Cláusulas abusivas e cláusulas restritivas.....	587
5.5 Cláusula de não indenizar e cláusula limitativa de responsabilidade civil.....	588
5.6 Redação das cláusulas contratuais.....	589
5.7 Direito de reclamar e prescrição.....	589
5.8 Ônus da prova.....	590
5.9 Foro competente.....	590
6. Mercosul: Protocolo de Santa Maria e exclusão das relações de consumo decorrentes de contratos de transporte.....	591
7. Da não incidência do CDC nos contratos de fretamento marítimo.....	593
<b>11 Contratos internacionais de seguro marítimo.....</b>	<b>594</b>
1. Teoria geral dos contratos de seguro marítimo.....	595
1.1 Dos ramos de seguro marítimo.....	596
1.2 Instrumentos contratuais do contrato de seguro marítimo.....	597
1.2.1 Da proposta de seguro marítimo ( <i>Marine Insurance Proposal</i> ).....	597
1.2.2 Apólices de seguro marítimo ( <i>Marine Insurance Policy</i> ).....	598
1.2.3 Tipos de apólices e Certificado de Seguro.....	600
1.2.4 Da prova do contrato de seguro marítimo no direito processual brasileiro.....	601
1.2.5 Endosso ( <i>endorsement</i> ).....	602
1.3 Prêmio ( <i>premium</i> ).....	602
1.4 Riscos marítimos ( <i>Maritime risks</i> ).....	604
1.5 Interesse segurável ( <i>insurable interest</i> ).....	604
1.6 Valor segurável e valor segurado.....	605
1.7 Sinistro.....	605
1.8 Franquia.....	606
1.9 Da lei aplicável e o foro competente.....	606
1.10 O sistema de direito privado e de direito internacional processual civil brasileiro.....	607
1.11 Cosseguro ou seguro múltiplo.....	608
1.12 Resseguro e retrocessão.....	609
2. Partes intervenientes.....	610
3 Das obrigações do segurado nos contratos de seguros marítimos.....	611
3.1 Pagamento do prêmio.....	612
3.2 Mora no pagamento do prêmio de seguro no direito brasileiro.....	613
3.3 Agraviação de riscos.....	615
3.4 Aviso de sinistro ( <i>notice of loss</i> ).....	615
3.5 Obrigação de diligência.....	616
3.6 Dupla indenização recebida pelo beneficiário.....	617
3.7 Processo de liquidação de sinistro.....	618
3.7.1 Instrução da regulação do processo de sinistro.....	618
3.7.2 Vistoria.....	619
3.7.3 Vistoria extrajudicial no Brasil.....	620
3.7.4 Vistoria aduaneira.....	621
3.7.5 Vistoria particular conjunta.....	621
3.7.6 Vistoria judicial.....	621
3.8 Abandono sub-rogatório ou assecuratório do navio ou embarcação.....	622
3.8.1 Da admissibilidade do abandono sub-rogatório no direito brasileiro.....	623
3.8.2 Processo de abandono sub-rogatório no Direito brasileiro.....	626
3.8.3 Abandono sub-rogatório judicial no Direito brasileiro.....	627
3.8.4 Prescrição do abandono sub-rogatório.....	628
3.8.5 Efeitos do abandono sub-rogatório.....	628
3.9 Processo de regulação de avarias (ação de avarias) no Brasil.....	629
3.9.1 Avaria a cargo do segurador no Direito brasileiro.....	630
4. Seguradoras.....	630
4.1 Obrigações da seguradora.....	631
4.2 Reembolso das despesas do segurado.....	631
4.3 Pagamento da indenização.....	632
4.4 Valor da indenização.....	634
4.5 Insuficiência de seguro.....	635
4.6 Ação de cobrança do segurado contra a seguradora no Direito brasileiro.....	635
4.7 Princípio da sub-rogação.....	637
4.7.1 Efeitos do princípio da sub-rogação.....	638
4.8 Ação regressiva de ressarcimento de seguradora para haver indenização por extravio ou perda de carga no direito processual brasileiro.....	638
4.8.1 Documentação necessária ao reconhecimento da sub-rogação.....	640
5. Riscos marítimos ( <i>marine risks</i> ).....	642
5.1 Riscos marítimos cobertos ( <i>marine risks covered</i> ).....	642
5.2 Cláusulas-padrão de riscos cobertos.....	642

5.2.1	Fortuna do mar ou perigos do mar ( <i>maritime perils</i> ou <i>perils of sea</i> )	643	6.4.10	Outras cláusulas	661
5.2.2	Incêndio e explosões ( <i>fire and explosions</i> )	645	6.5	Cláusulas e coberturas especiais	662
5.2.3	Alijamento ( <i>jettison</i> )	645	6.6	Obrigações do segurado no seguro de transporte internacional de mercadorias	663
5.2.4	Barataria ( <i>barratry</i> )	646	6.7	Da interpretação e jurisdição das cláusulas padronizadas nos contratos-padrão do IU	664
5.3	Cláusula demais riscos ( <i>others risks</i> )	647	7.	Seguro marítimo de embarcações	664
5.4	Furto e roubo	647	7.1	Seguro de embarcações em construção ( <i>ship construction &amp; conversion insurance</i> ) e embarcações paralisadas ( <i>laid-up</i> )	665
5.5	Pirataria ( <i>piracy</i> )	648	7.2	Seguros marítimos de cascos e máquinas ( <i>Marine Hull Insurance</i> ou <i>Assurance des Corps</i> )	666
5.6	Cláusulas de exclusões ou riscos excluídos ( <i>warranted free</i> )	649	7.2.1	Valor do prêmio e franquia	666
5.7	Cláusula rescisória	650	7.2.2	Começo e fim dos riscos	666
5.7.1	Dissolução e rescisão contratual do contrato de seguro marítimo no Direito brasileiro	650	7.2.3	Coberturas básicas, adicionais e especiais	667
5.7.2	Cláusulas de exclusão de risco e cláusulas restritivas de direito no Brasil	652	7.3	<i>Institute Time Clauses-Hull</i>	668
5.8	Cláusula <i>held covered</i> (omissões cobertas)	653	7.3.1	Riscos marítimos não sujeitos à existência prévia de devida diligência ( <i>Institute Time Clauses-Hull</i> , 6.1.1)	669
5.9	Cláusulas de avarias simples ou particular e cláusula livre de avaria particular ( <i>free from particular average</i> )	653	7.3.2	Riscos não resultantes da falta da devida diligência ( <i>Institute Time Clauses-Hull</i> , n. 6.2)	670
5.10	Cláusula de avaria grossa e despesas de salvamento ( <i>general average and salvages charges</i> )	654	7.3.3	Cláusula de abaloamento ( <i>running down clause</i> , <i>Institute Time Clauses-Hull</i> n. 8)	670
6	Contrato de seguro marítimo de transporte internacional de mercadorias ( <i>marine cargo insurance contract</i> )	654	7.3.4	Notícia de sinistro e processo de indenização ( <i>notice of claim and tenders</i> , <i>Institute Time Clauses-Hull</i> , n. 13)	670
6.1	Começo e fim dos riscos no seguro de transporte de mercadorias	655	7.3.5	Terminação ( <i>Terminal Clause</i> , <i>Institute Time Clauses</i> , n. 5)	671
6.2	Tipos de cobertura	655	7.4	Cláusula de dupla avaliação	671
6.3	Coberturas básicas	656	7.5	Das obrigações do segurado no seguro de cascos no Direito brasileiro	672
6.3.1	Cláusula <i>all risks</i> ou cláusula A	656	7.6	Da indenização por perda total	673
6.3.2	Cláusula <i>with average</i> – WA ou cláusula B	657	8.	Seguro de responsabilidade civil por perdas e danos	674
6.3.3	Cláusula <i>free from particular average</i> (FPA) ou cláusula C	658	9.	<i>Protection and Indemnity Association Clubs</i> (PIA)	675
6.4	Cláusulas e coberturas adicionais	658	9.1	PIA Clubs e coberturas especiais	677
6.4.1	Cláusula adicional em trânsito ( <i>transit clause</i> )	659	9.2	Seguro de responsabilidade civil por perdas e danos ocorridos à mercadoria – <i>shipowners liability insurance</i> (sol)	678
6.4.2	Cláusula adicional de cobertura de extravio e roubo	659	9.3	PIA Clubs e vistorias preventivas de carga	678
6.4.3	Cláusula adicional de rejeição ou retorno de mercadoria ( <i>refused or returned shipments</i> )	660	9.3.1	PIA Clubs e vistorias de avarias	678
6.4.4	Cláusula adicional de não beneficiar/não reversão ( <i>not to inure clause</i> )	660	9.3.2	PIA Clubs e vistorias de condição de navegabilidade	678
6.4.5	Cláusula de lucros esperados para seguros de importação	660	9.4	Prestação de fiança pelos PIA em caso de arresto	679
6.4.6	Cláusula para seguros de impostos sobre mercadorias importadas e cláusula de direito aduaneiro	660	9.5	Assistência em litígios	679
6.4.7	Cláusula especial de classificação de navios	661	10.	Seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por suas cargas (DPPEM) no Brasil	679
6.4.8	Cláusula de admissão de navegabilidade do navio	661	11.	Seguro de responsabilidade civil profissional para operadores portuários com cobertura adicional de danos às mercadorias durante a estiva	680
6.4.9	Cláusula de destruição de salvados	661	12.	Da incidência do CDC nos contratos de seguro marítimo no Direito brasileiro	680
			12.1	Responsabilidade objetiva da seguradora	682

## XVI Curso de Direito Marítimo ▪ Volume III ▪ Contratos e Processos

12.2 Redação das cláusulas .....	682	2.7.4 As Regras de York e Antuérpia <i>vis-à-vis</i> as Regras de Haia-Visby e as Regras de Hamburgo .....	722
12.3 Cláusulas abusivas e cláusulas restritivas ....	683	2.7.5 Reclamação ( <i>general average claims</i> ).....	725
12.4 Direito de reclamação e prescrição .....	683	2.7.6 Ajustamento ( <i>general average adjustment</i> ).....	726
12.5 Valor da indenização.....	685	2.7.7 Regime de contribuição e repartição ....	727
12.6 Rescisão unilateral do contrato ou suspensão da eficácia em razão de inadimplência do segurado no pagamento do prêmio .....	686	2.7.8 Fases de regulação e procedimentos de ajustamento ( <i>the adjustment process</i> ).....	728
12.7 Inversão do ônus da prova .....	686	3. Avarias particulares ou simples ( <i>simple or particular average</i> ).....	730
12.8 Sub-rogação dos direitos consumeristas ....	687	3.1 Avarias simples ou particulares no Direito brasileiro .....	731
<b>12 Avarias marítimas .....</b>	<b>690</b>	3.2 Regulação das avarias simples ou particulares .....	732
1. Sistematização das avarias marítimas ( <i>maritime average</i> ).....	691	4. Avarias marítimas e acidentes da navegação.....	733
1.1 Temporalidade, avarias marítimas e avarias portuárias .....	694	<b>13 Incidentes marítimos (<i>maritime incidents</i>) ....</b>	<b>735</b>
2. Avarias comuns ou grossas ( <i>general or gross average</i> ).....	694	1. Acidentes e fatos da navegação .....	736
2.1 Definição de avaria grossa ou comum .....	697	1.1 Acidentes e fatos da navegação no Direito brasileiro .....	738
2.2 Configuração e requisitos das avarias grossas ou comuns .....	700	1.2 Fatos da navegação marítima no Direito brasileiro .....	740
2.2.1 Extraordinariedade e intencionalidade .....	701	2. Fortuna do mar.....	741
2.2.2 Sujeito ativo .....	702	2.1 Fortuna do mar ou perigos do mar ( <i>maritime perils</i> ou <i>perils of sea</i> ), avarias e acidentes da navegação .....	742
2.2.3 Razoabilidade .....	703	2.2 Atos de Deus ( <i>acts of God</i> ) .....	744
2.2.4 Iminência e realidade do perigo .....	703	2.3 Fortuna do mar ou perigos do mar ( <i>maritime perils</i> ou <i>perils of sea</i> ) e os contratos marítimos de seguro e transporte de mercadorias .....	745
2.2.5 Resultado útil ou resultado profícuo.....	704	3. Incidentes e avarias marítimos.....	746
2.3 Contribuição a avaria grossa ou comum .....	705	4. Colisão ( <i>contact</i> ) .....	749
2.3.1 Fundamento e critérios de contribuição ....	706	5. Abaloamento ou abalroação ( <i>collision</i> ).....	749
2.4 Cláusula de pequena avaria grossa ( <i>small general average</i> ou <i>absorption clause</i> ).....	708	5.1 Regime jurídico .....	751
2.5 Regras de York e Antuérpia ( <i>York &amp; Antwerp Rules</i> ).....	708	5.2 Espécies de abaloamento e a Convenção sobre abaloamento, assistência e salvamento marítimo (Bruxelas, 1910).....	753
2.5.1 A estrutura normativa das Regras de York e Antuérpia.....	710	5.3 Abaloamento fortuito .....	754
2.5.2 Regra de Interpretação ( <i>Rule of Interpretation</i> ).....	711	5.4 Abaloamento culposo .....	754
2.5.3 Prevalência à Regra <i>Paramount</i> e às Regras numeradas .....	711	5.4.1 Abaloamento culposo unilateral .....	756
2.5.4 Regra Preponderante ou Principal ( <i>Paramount Rule</i> ) .....	713	5.4.2 Abaloamento culposo bilateral (abalamento dúbio ou misto) e abaloamento culposo múltiplo .....	756
2.5.5 Definição, enquadramento e natureza – Regras A, C e F.....	713	5.4.3 Abaloamento voluntário .....	757
2.5.6 Exclusões nas Regras letradas e numeradas .....	713	5.5 Regulamento Internacional para Evitar Abaloamento no Mar (RIPEAM).....	757
2.5.7 Sistema da indiferença da causa primária, ajustamento e direito das partes ( <i>adjustment and rights of the parties</i> ) – Regra D.....	714	5.5.1 RIPEAM Regra 7 – Risco de abaloamento .....	758
2.6 Principais alterações da versão 2004 das Regras de York e Antuérpia.....	716	5.5.2 RIPEAM Regra 8 – Manobras para evitar abaloamentos.....	758
2.7 Regulação de avarias grossas ( <i>general average regulation</i> ).....	717	5.5.3 RIPEAM Regra 9 – Canais estreitos .....	759
2.7.1 Regulação de avaria grossa ou comum nas RYA .....	718	5.5.4 RIPEAM Regra 13 – Navio que alcança.....	760
2.7.2 Regulação de avaria grossa ou comum no Direito brasileiro.....	719	5.5.5 RIPEAM Regra 15 – Navios em rumo cruzado .....	760
2.7.3 As Regras de York e Antuérpia <i>vis-à-vis</i> o Código Comercial brasileiro .....	721	5.5.6 RIPEAM Regra 18 – Responsabilidades recíprocas dos navios .....	760

5.6 Ações indenizatórias.....	761	12. Borrasca.....	771
5.7 Jurisdição e abalroamento no Direito brasileiro.....	762	13. Arribada ( <i>ship in distress ou distressed ship</i> ).....	772
5.8 Legislação aplicável ao abalroamento e o Direito brasileiro.....	763	13.1 Arribada forçada no Direito brasileiro.....	773
5.9 O abalroamento sob a égide do Código Comercial.....	764	14. Recalada.....	775
6. Encalhe ( <i>stranding</i> ).....	765	15. Assistência e salvamento ( <i>salvage</i> ).....	775
6.1 Encalhe comum.....	765	15.1 Lloyd's Standard Form of Salvage Agreement (LOF).....	777
6.2 Encalhe voluntário ou intencional (varação).....	765	15.2 Assistência e salvamento no Direito brasileiro.....	777
7. Naufrágio.....	766	16. Presa bélica, presa piratesca, captura ( <i>capture</i> ) ou tomada.....	779
7.1 Submersão.....	767	17. Apreensão ( <i>seizure</i> ).....	779
7.2 Recobro, recobrimento ou recuperação.....	767	18. Preempção, represa, retomada, recaptura.....	780
7.3 Emersão ou reflutuação.....	768	19. Arresto de príncipe ou de potência.....	780
8. Alijamento ( <i>jettison</i> ).....	769	Referências bibliográficas.....	781
9. Aligeiramento.....	769	Índice alfabético-remissivo.....	806
10. Incêndio ( <i>fire</i> ).....	770		
11. Água aberta.....	771		